

## UM ANO DE GOVERNO LULA: PROMESSAS A CUMPRIR

“Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”

Geraldo Vandré

Marcos Arruda

Avaliando em uma frase o primeiro ano de Governo Lula, o sentimento popular é de que a maior parte das promessas ficou no papel. Olhemos brevemente os dois lados da mesma realidade.

De um lado, a terrível herança dos oito anos de FHC: uma economia em plena crise enquanto os banqueiros abarrotaram seus cofres de lucros fáceis e garantidos; desemprego de 18,5% nos maiores centros industriais do país (dez/02, Dieese); rendimento real médio dos assalariados equivalente a 51,6% do de 1985; uma dívida externa que saltou de US\$ 148 bilhões para US\$ 230 bilhões; uma dívida interna que aumentou de R\$ 58 bilhões para R\$ 632 bilhões; um Estado privatizado e enfraquecido; uma dívida social e ecológica sempre mais agravada. As esperanças da população em que o Governo Lula iniciaria seu mandato sinalizando as mudanças que viriam aliviar este sofrimento multissecular explicam a votação maciça que recebeu.

A todos os que o criticam ou pressionam, o Presidente responde pedindo paciência. Este é o outro lado da moeda do Governo Lula. Paciência? Mas o povo tem esperado décadas pelas promessas não cumpridas das elites políticas e econômicas; tem esperado com paciência que o Governo dê sinais de que tem um outro projeto de desenvolvimento, metas e cronograma para pô-lo em marcha. Talvez seja este o problema maior. Esperar não basta. Paciência é virtude somente se transformar provações em oportunidades para crescer. Que fez o Governo Lula em um ano de mandato? Aprovou uma reforma da Previdência que atende às exigências marcadamente neoliberais do FMI. Está negociando uma reforma tributária que preserva as desigualdades. Deu prioridade à inflação sobre o desemprego. Manteve os contratos assumidos pelos governos passados, e isto significou uma sangria de R\$ 422 milhões por dia de juros de encargos pagos aos banqueiros entre janeiro e setembro. A compressão de gastos públicos que viabilizou a sangria feriu gravemente a capacidade de investimento econômico e social do Governo e agravou ainda mais a dívida social. As violações de direitos humanos no campo, documentadas no Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos 2003, são demasiado graves. As políticas de reforma agrária, habitação e saneamento foram seriamente prejudicadas pelos cortes relacionados com o superávit primário. Os progressos feitos pelos programas sociais resultam em menos fome e miséria. Mas serão resultados sustentáveis?

O Governo Lula peca por manter o divórcio histórico entre o econômico e o social. “A economia do Brasil vai muito bem, é a vida do povo que vai mal”, foi a frase antológica do General-Ditador Emilio G. Médici. Quando o FMI e os banqueiros dizem que o Brasil está melhorando, que a confiança está aumentando e o Risco Brasil diminuindo, enquanto a população vê diariamente reduzir-se seu poder de compra, aumentarem preços e tarifas, proletarizar-se sua condição de vida... estamos diante da continuação daquela realidade aberrante que Médici retratou.

O Governo Lula tem um grande prestígio nacional e internacional. O Brasil tem levado adiante uma corajosa política externa, assinando acordos de cooperação com países da América do Sul, iniciando uma articulação Sul-Sul para atuar com maior influência no espaço da OMC, confrontando o rolo compressor dos EUA e da UE nas negociações da ALCA e da OMC, abrindo mercados para o Brasil no Oriente Médio. Mas tem sido tímido no que se refere às agências multilaterais. Temos certeza de que o Brasil consegue convencer essas agências de que uma auditoria das dívidas financeiras será benéfica para as partes envolvidas, pois permitirá uma renegociação fundamentada, a superação do garrote da dívida eterna e a reativação sustentada da economia.

A população espera do Governo Lula sinais urgentes de que nos próximos três anos as promessas vão começar a ser cumpridas. ☺

## A sustentabilidade dos empreendimentos populares



Ricardo Costa

O contexto global atual, ninguém mais duvida, se constitui no mais cruel processo de concentração de renda já vivido. Ele se dá pela financeirização da economia, na qual o valor dos títulos expressos em dinheiro, trocando de mãos todos os dias, é muito superior ao valor dos serviços e das mercadorias negociadas neste mesmo período. Alia-se a isso a superproteção dos mercados dos países desenvolvidos, reféns, os seus governos, dos interesses das grandes empresas que os elegem. Além disso, o acelerado progresso tecnológico traz, entre outras origens, a intenção deliberada de substituir o trabalho humano pelo das máquinas. O que vale é a lei do mais forte. Quando se trata de defender os interesses do capital, o que antes era imoral, agora é criatividade e competência.

Obviamente, a criação de um quadro como este não oferece espaço para favorecimentos à sustentabilidade dos empreendimentos produtivos que compõem a chamada economia solidária. Mesmo sabendo que, em mantendo ocupada, talvez mais preocupada do que ocupada, uma parcela dos excluídos, estes empreendimentos possam cumprir o papel de colchão amortecedor da tensão social que potencialmente decorrerá da evolução de tamanho desalabro.

Mesmo se assim não fosse, admitindo a hipótese de que, num rasgo de inteligência, o status quo decidisse pela conveniência de investir nos pequenos empreendimentos com mais substância e consistência, ainda assim, a sustentabilidade da maioria destes grupos permaneceria em risco.

Há outras causas limitadoras, talvez mais urgentes, que não têm sido alvo da atenção que necessitam. Urgentes porque são pré-condição para que se aproveite bem qualquer apoio que porventura venha a se apresentar, seja por parte do governo, seja por qualquer outra iniciativa.

A lógica econômica destes empreendimentos é muito mais complexa do que a simples perseguição tenaz do lucro que caracteriza o movimento do capital. Nas condições dadas, mais do que o lucro, são os postos de trabalho que se perseguem tenazmente. É o direito mínimo à reprodução da vida, calcado em outro direito maior: o direito ao trabalho. E, neste sentido, por exemplo, na eventualidade de precisar cortar custos, a (mal) chamada mão de obra não se enquadra entre as alternativas a serem consideradas.

Um outro dado: na maioria dos casos, a baixa remuneração que as trabalhadoras e os trabalhadores conseguem tirar dos seus empreendimentos é insuficiente para prover qualquer reserva para enfrentar os custos extraordinários que porventura incidam no percurso. A exemplo do repentino desemprego de um dos membros de suas famílias, o desequilíbrio da renda familiar acaba refletindo nos custos da atividade e pode redundar no risco de desagregação do grupo.

É bem verdade que, a par destas e de outras dificuldades, inúmeros grupos de produção, na cidade e no campo, têm conseguido trilhar caminhos próprios e consolidar-se como empreendimentos produtivos razoavelmente estáveis. Mas, infelizmente, estes são a exceção. A grande maioria, o incontável número de grupos que está tentando, - muitos já desistiram - mas não consegue lograr este extraordinário sucesso requer uma atenção especial.

Há que se fazer levar até esses grupos a discussão da viabilidade econômica. Começar a transformar em conhecimento sistematizado o que alguns conseguiram por intuição, sorte, ou por qualquer outra bendita razão. É um conhecimento novo a ser construído, considerando as condições que, uma vez atendidas, possibilitam que as atividades econômicas cumpram o papel que verdadeiramente lhes cabe: a garantia de postos de trabalho.

Mas não basta: esta discussão não resultará efetiva se não se fizer acompanhar de outra: o estabelecimento de relações democráticas na gestão dos empreendimentos.

Confrontando a nossa experiência nesse campo com o acumulado dos grupos de produção, de seus assessores, e das organizações que os apóiam, e com quem mais se interesse (quanto mais, melhor) por esse deslocamento de posição se constrói novos conhecimentos e novos espaços de exercício do poder na economia. Uma tarefa perfeitamente factível que já vem sendo trabalhada, mas que precisa ser ampliada em escala geométrica. ☺

*Às vésperas de completar um ano no comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária, o economista e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) Paul Singer conversa com o Informativo PACS. Ele fala sobre o trabalho na SENAES, os avanços e os desafios da Secretaria, além do papel do Estado na construção da economia solidária.*

Entrevistadora: Ruth Espínola



SENAES - Cristiane Pereira dos Santos

## **Qual sua avaliação da atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho (SENAES) desde sua efetivação? Quais os principais avanços e desafios enfrentados até agora?**

A SENAES foi instalada em meados do ano passado e neste semestre passou por intenso aprendizado: o governo de um país tão grande, desigual e diversificado como o Brasil é também extenso e complicado. Mas, fomos bem recebidos e intensamente solicitados. O melhor que conseguimos foi armar políticas e elaborar posições, como por exemplo a que propõe a universalização dos direitos trabalhistas como meio de reverter a precarização do trabalho e permitir a eliminação das falsas cooperativas. Pela participação no Fórum Nacional do Trabalho, articulamos uma ampla representação de setores da economia informal com outra de setores da economia solidária. Sucessivos encontros permitiram iniciar a construção de uma parceria que poderá ser efetivamente uma ‘economia popular solidária’. O pior desafio que enfrentamos, em conjunto com todo o governo de Lula, é o desemprego. Estamos tratando de elaborar políticas de desenvolvimento comunitário em áreas pobres para tornar a economia solidária um meio ainda mais eficaz de inserção social e econômica.

## **Qual o papel da sociedade civil - cooperativas, ONGs, fóruns, etc - na elaboração e avaliação dessas políticas? Como ela tem participado nas ações da Secretaria?**

A Secretaria foi uma conquista das cooperativas, agências de fomento, associações e redes, que durante o primeiro semestre de 2003 constituíram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e desde então são nossos principais parceiros. Com eles elaboramos as políticas e com eles avaliamos os resultados. Elaboramos e executamos junto com o Fórum Brasileiro nossas políticas de fomento, desde a especificação dos projetos até os critérios de avaliação, incluindo também o mapeamento da economia solidária no Brasil e sua divulgação.

## **Em que sentido o Fórum Brasileiro de Economia Solidária deve colaborar para as ações da SENAES?**

O Fórum está nos ajudando a desenhar o Conselho Nacional de Economia Solidária, criado pela mesma lei que instituiu a SENAES, e que submeteremos ao Ministério do Trabalho e Emprego em breve. A mais importante colaboração do Fórum Brasileiro às atividades da SENAES é o que eu chamaria de ‘inteligência política’, constituída pelo enorme acervo de informações que os companheiros coletam e processam nas lutas que travam nas mais diversas trincheiras da economia solidária. A sinergia entre as lideranças do Fórum com a equipe da SENAES permite uma atuação com alta probabilidade de sucesso.

## **A ser ver, qual o papel ideal do Estado rumo à constituição de uma Economia Solidária?**

O Estado deve apoiar a construção da economia solidária sem pretender definir-lhe os rumos. A economia solidária, para não perder sua autenticidade, tem de permanecer independente de todas as entidades que lhe dão apoio, sobretudo do Estado. Como a economia solidária oferece soluções efetivas e viáveis à crise social, é perfeitamente justificável que ela receba verbas públicas e apoio político do Estado. Espero sinceramente que o governo brasileiro esteja trilhando este caminho. ☺

## Música e poesia

Pelo nono ano consecutivo, o grupo jovem da paróquia Sagrada Família, em parceria com o Comitê e o pré-vestibular para Negros e Carentes, organizam o Festival de Música e Poesia do Dia do Trabalhador. O evento, que acontece no dia 1º de maio, em Jacarepaguá, tem como objetivo incentivar a expressão cultural na região. Este ano o tema escolhido é “Qual o valor da água?” e os interessados devem inscrever suas músicas e poesias até abril nos endereços que serão divulgados em breve. O IX Festival de Musica e Poesia do Dia do Trabalhador tem o apoio de cooperativas, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base, Igreja, comércio local, sindicatos, pré-vestibulares e centros. Mais informações pelo telefone: (21) 2210-2124.

## Alca e Trabalho

No final de março, a Campanha Nacional contra a ALCA está realizando, em parceria com o Pacs, uma oficina tratando da questão dos efeitos da liberalização comercial sobre o nível de emprego no Brasil. Entre tantos prejuízos que a assinatura da ALCA pode representar para a população brasileira, acreditamos que a questão do emprego está seriamente em jogo com a adesão a este tratado de livre comércio. Assim sendo, a atividade da oficina, que receberá o nome de ALCA e o Trabalho, pretende discutir diversas questões relativas ao quadro de desemprego no Brasil, como as suas formas de medição e quais setores e ocupações das diversas cadeias produtivas presentes hoje no país se encontram mais ameaçados com a entrada do Brasil na ALCA. Para maiores informações, entre em contato conosco pelo nosso telefone: (21) 2210-2124.

## Novidades do PACS

O Pacs está lançando o Centro de Referência em Economia Solidária, um espaço que visa disseminar informações sobre o tema. O acervo, que pretende ser referência nacional e internacional, inclui periódicos, livros, cartilhas, teses, artigos, CDs e vídeos. Em breve esse material também estará disponível virtualmente através do site: <http://www.pacs.org.br>. O Centro de Referência é um dos destaques do Trienal 2004-2006, que reúne quatro novos programas: Globalização e Ecodesenvolvimento, Socioeconomia e Redes de Colaboração Solidária, Práticas Autogestionárias de Desenvolvimento e Desenvolvimento Institucional. Na área de publicação, os destaques são Mulheres e Economia e Humanizar o Infra-Humano: A formação do ser humano integral – Homo evolutivo, Práxis e Economia Solidária. Mulheres e Economia é o novo número da série Globalização e Solidariedade. O livreto será editado em parceria com a Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem, Aliança por um mundo responsável, plural e solidário e Pólo de Socioeconomia Solidária, dentro da série Caderno de Propostas para o Século XXI. Já Humanizar o Infra-Humano, do economista e educador Marcos Arruda, é o primeiro de uma Trilogia sobre a Formação do Ser Humano Integral. O livro, editado pela Vozes, tem prefácio de Leonardo Boff. As duas publicações podem ser adquiridas na secretaria do PACS.

### *Hora certa*

- Avaliação e Planejamento do Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, dias 11 e 12 de fevereiro. Informações na secretaria do Fórum com Nete ou Marcos: (21) 2509-0263.
- Rede de trocas Solidárias - RTS/RJ - As reuniões da Rede de Trocas Solidárias acontecem na última 2ª feira de cada mês a partir das 18:30 h no PACS. Com exceção de fevereiro que acontecerá segunda feira 18 de fevereiro as 18:30.
- 3º Encontro Hemisférico de Luta contra a Alça, em Havana, Cuba, de 26 a 30 de janeiro. Mais informações: <http://www.alcaabajo.cu/>
- Plenária Nacional da Campanha Contra Alça, em São Paulo, nos dias 14 e 15 de abril. Mais informações: <http://www.jubileubrasil.org.br>



## O CEPEL: uma experiência em movimento


A gratificação e o desafio em trabalhar com comunidades carentes no Rio de Janeiro são imensos. Que o digam Gláucia Hauptman e Patrick Gregorio, moradores da Leopoldina, uma das comunidades que compõem o Complexo da Maré. Ambos desenvolvem trabalhos no CEPEL, Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina, junto à população carente da área. Em entrevista ao PACS, Gláucia e Patrick deram depoimentos ricos e emocionantes sobre sua experiência como atores de transformação.

Uma das dificuldades apontadas diz respeito à forma de se organizar e trabalhar num território parcelado pelo tráfego, como no Complexo da Maré. "Como as pessoas vão querer se juntar, impor as melhorias para a população, para a própria comunidade se eu não posso ficar andando de um lado pro outro?", questiona Gláucia. A resposta para essa pergunta vem sendo buscada em reuniões mensais do Encontro Oficina da Aliança Solidária, que oferece a possibilidade de vários grupos se juntarem com o intuito de trocar informações e produtos e promover ajuda mútua. Dessa forma, diversos grupos e iniciativas da comunidade do Complexo do Alemão, Maré e adjacências conseguiram se fazer encontrar. Uma grande vitória frente às fronteiras colocadas!

Patrick explica a dinâmica multiplicadora e o tipo de resultado esperado nesses encontros: "Nós temos diversas cabeças pensando. Lá surgem os problemas, que são muitos. As pessoas se movimentam, formam um grupo, dali partem para um grupo maior onde tem outros grupos (presidentes de associações, organizações, etc) maiores. E ali vão surgindo as respostas".

A particularidade dessa iniciativa é conseguir trocas bem além do material. "É uma verdadeira parceria", diz Patrick. Além de tudo isso, o fato de poder compartilhar, de se escutar um ao outro, é avaliado com um aspecto essencial desse pensamento, dessa prática, desse novo paradigma econômico (do grego "cuidar da casa") chamado "Economia Solidária" ou "Socioeconomia Solidária".

Como efeito suplementar, essas atividades trazem também um elemento essencial para qualquer tipo de iniciativa transformadora: a vontade dessas populações de querer cada vez mais participar da definição das políticas públicas do Brasil.

As ajudas mais "tradicionais" do governo, como cheque-cidadão, vale-gás, bolsa escola são percebidas como uma "cala-boca". Para eles, "as pessoas pegam mesmo porque necessitam". A necessidade de encontrar a dignidade, no entanto, é imensa, como em todos os lugares do mundo. A vontade de pensar e construir um mundo mais justo e solidário, dirigido de forma diferente, é um desejo compartilhado por Gláucia e Patrick. Eles estão contribuindo para isso. 

CEPEL, endereço e telefone, correio ..., Todo segundo sábado de cada mês acontece o Encontro Oficina da Aliança Solidária no CEPEL

## PELO MUNDO AFORA



Antonio Milena / A Br

## MUMBAI - 2004

## Um FSM colorido, cheio de música e de protesto

Todos os dias, milhares de manifestantes de diferentes países, com as mais diversas roupas, cores e idiomas marcharam pelas ruas poeirentas da grande área dedicada ao FSM na cidade litorânea de Mumbai, Índia. Japoneses e coreanos contra a globalização neoliberal e o desemprego, mulheres indianas pelos direitos da mulher, monges budistas tibetanos pela Paz no Tibet e pela libertação de monges presos pelo Exército chinês, trabalhadores informais pelo direito a um trabalho digno, Dalits (a casta dos Intocáveis) contra sua condição desumana de recolhedores de dejetos humanos (scavengers) em troca de um salário de miséria, servidores públicos contra a privatização e o desemprego, portadores de deficiência, grupos tribais, etc. O FSM 2004 foi marcado muito mais pelo protesto, festa, alegria e comunicação do que pelos debates sobre os temas prioritários para a sociedade humana mundial. Os problemas locais continuam sendo prioritários para a gente do povo. A mensagem é que, para que os problemas como água, terra e alimento sejam resolvidos, é preciso que os povos se unam e lutem contra os seus opressores hoje globalizados, e por uma economia sob o controle das populações trabalhadoras e a serviço das necessidades humanas.

As conferências e painéis ocorreram em grandes salões, com 4000 a 10000 lugares, mas os participantes preferiam estar se manifestando nas ruas do que ouvindo os debatedores. Estiveram no Fórum de Mumbai pelo menos 150 mil pessoas. Escolha acertada, a de fazer um rodízio do FSM. A Conferência sobre “Água, Terra e Alimento” atraiu grande número de populares. São os assuntos aparentemente mais dramáticos para os mais de um bilhão de indianos. Os temas da economia do povo/economia solidária atraíram apenas indianos que já estão envolvidos em atividades de comércio justo, produção cooperativa, microcrédito solidário, agricultura familiar e desenvolvimento local participativo e sustentável. As apresentações e os debates foram de ótima qualidade e progrediram em relação a 2002. Um seminário dedicado à economia do povo/solidária na Ásia focalizou experiências na Índia, Tailândia, Paquistão, e com elas contrastamos práticas do Brasil, da província canadense de Quebec e da França. Promovemos mais de 100 eventos sobre comércio justo. Ao todo, estimamos ter alcançado umas 8000 pessoas.

Os debates promovidos por Jubileu Sul e as diversas redes nacionais e internacionais sobre dívida, comércio internacional e agências multilaterais foram anunciados por faixas esticadas entre as árvores por toda a área do Fórum. Foi lançada a proposta de um Tribunal sobre Dívidas Financeiras e Dívida Ecológica em 2005. As campanhas contra a NAFTA, ALCA, CAFTA, o acordo africano e os acordos bilaterais neoliberais promoveram vigorosos debates. A mídia indiana cobriu o evento com algum destaque, inclusive divulgando debates com participantes mais conhecidos. A mídia internacional, porém, deu uma cobertura limitada e preconceituosa, pouco atenta para a riqueza dos debates e das propostas; bem inferior ao destaque com que brindou o Fórum Econômico Mundial, de Davos, realizado uma semana depois do FSM. Davos custou, apenas na rubrica segurança, cerca de 15 milhões de dólares. ☺

(por Marcos Arruda – PACS-RBSES)

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

**Apoio:** Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

**Coordenação-Geral:** Marcos Arruda

**Coordenação de Programas:** Sandra Quintela

**Conselho Editorial:** Alain Simon, Cristiane Maria de Souza, Hermila Figueirêdo, Lycia Ribeiro, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Pedro Quaresma, Robson Patrocínio, Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes e Terezinha Pimenta

**Distribuição:** Gustavo Jorge Vaccihi e Leilane Brito  
**Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares? Fale conosco, teremos muito prazer em responder:**

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609  
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

**Tel/Fax:** (21) 2210-2124

documentos@pacs.org.br

**Edição:** Lycia Ribeiro

**Projeto gráfico e diagramação:** Rogério Nascimento

**Impressão:** Grafthaly Gráfica e Editora

**Tiragem:** 2.000 exemplares